

# A Arquitetura como Eclosão da Paisagem: Infraestrutura Ecoturística para Unidades de Conservação

Francisco Fernando Livino de Carvalho<sup>1</sup> & Luiza Ponciano<sup>2</sup>

Recebido em 09/03/2021 – Aceito em 17/12/2021

<sup>1</sup>Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade/ICMBio, Brasil. <francisco.livino@icmbio.gov.br>

<sup>2</sup>Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO, Brasil. <luiza.ponciano@unirio.br>

---

**RESUMO** – Conceber Arquitetura para parques nacionais, ou reservas correlatas, requer uma postura projetual diferenciada em relação à prática de se projetar para construções urbanas ou rurais. É necessário se ter a consciência de que o arquiteto está a intervir sobre uma área especialmente protegida por suas características ambientais, dentre as quais, muitas vezes, sua beleza cênica. O que se propõe neste artigo é a promoção de uma Arquitetura que se curve em reverência à grandiloquência da paisagem natural e que esteja a seu serviço. Que se estruture pelas forças expressivas daquela Natureza especial, de forma a ser capaz de se materializar como uma eclosão delas. Uma Arquitetura que brota, ao invés de ser implantada, mas que, ao se mimetizar na paisagem, se destaca entre seus pares, como obra de Arte. Com referencial teórico que se enraíza na Geopoética, a metodologia que este artigo propõe frutifica em uma postura projetual baseada num pensar-sentir que encontra nos elementos naturais as suas referências de linguagem. Ao final, ilustram-se as ideias expostas com exemplos de edifícios que se materializam como produtos interpretativos, auxiliares na qualificação ecoturística das unidades de conservação ao oferecer estímulos sensitivos, sensíveis e racionais aos visitantes, indo muito além de apenas abrigar funções gerenciais. Ao demonstrar a importância da Arte para a gestão das áreas protegidas, se defende a promoção do encantamento como uma política pública de conservação ambiental.

**Palavras-chave:** Interpretação ambiental; uso público; centros de visitantes; imagem institucional; inovação.

## The Architecture as Eclosion of the Landscape: Ecotouristic Infrastructure to Protected Areas

**ABSTRACT** – Conceiving architecture for national parks, or related reserves, requires a different design attitude in relation to the practice of designing for urban or rural constructions. It is necessary to be aware that the architect is intervening in an area specially protected by its environmental characteristics, among which, many times, its scenic beauty. What is proposed in this article is the promotion of an Architecture that bows in reverence to the grandeur of the natural landscape and is at its service. An Architecture that is structured by the expressive forces of that special Nature, so as to be able to materialize as an outbreak of them. An Architecture that sprouts, instead of being implanted, but that, by mimicking itself in the landscape, stands out among its peers, as a work of Art. With a theoretical referential that is rooted in Geopoetics, the methodology proposed in this article fructifies in a projectual posture based on a feeling-thinking that finds in the natural elements its language references. At the end, the ideas exposed are illustrated with examples of buildings that materialize as interpretative products, assisting in the ecotouristic qualification of protected areas by offering sensorial, sensitive and rational stimuli to visitors, going far beyond the mere housing of managerial functions. By betting on the importance of Art for the management of protected areas, the promotion of enchantment as a public policy of environmental conservation is defended.

**Keywords:** Environmental interpretation; public use; visitor centers; institutional image; innovation.

## La Arquitectura como Brote del Paisaje: Infraestructura de Ecoturismo para Áreas Protegidas

**RESUMO** – El diseño de la arquitectura para parques nacionales, o reservas relacionadas, requiere una postura de diseño diferente en relación con la práctica de diseñar para construcciones urbanas o rurales. Hay que ser consciente de que el arquitecto está interviniendo en una zona especialmente protegida por sus características ambientales, entre las que se encuentra, muchas veces, su belleza paisajística. Lo que se propone en este artículo es la promoción de una Arquitectura que se incline en reverencia ante la grandeza del paisaje natural y esté a su servicio. Una Arquitectura que está estructurada por las fuerzas expresivas de esa Naturaleza especial, para poder materializarse como un estallido de ellas. Una Arquitectura que brota, en lugar de implantarse, pero que, al mimetizarse en el paisaje, destaca entre sus pares, como una obra de Arte. Con una referencia teórica que hunde sus raíces en la Geopoética, la metodología que propone este artículo fructifica en una postura de diseño basada en un sentir-pensar que encuentra en los elementos naturales sus referencias de lenguaje. Al final, las ideas expuestas se ilustran con ejemplos de edificios que se materializan como productos interpretativos, ayudando a la cualificación ecoturística de las áreas protegidas al ofrecer estímulos sensoriales, sensitivos y racionales a los visitantes, yendo mucho más allá del mero alojamiento de funciones de gestión. Al demostrar la importancia del Arte para la gestión de las áreas protegidas, se defiende la promoción del encanto como política pública de conservación del medio ambiente.

**Palabras clave:** Interpretación ambiental; uso público; centros de visitantes; imagen institucional.

### Introdução

#### Os desafios de uma arquitetura ecoturística

A sociedade contemporânea encontra-se distanciada da Natureza, ao conviver cada vez mais em ambientes urbanos. Essa artificialidade ainda se exacerba à medida que, além das referências naturais, se perdem as próprias sustentações culturais, fruto de uma globalização massificadora que resulta em um mundo “apoético” e “acósmico” (Crapez, 2015; Daniel, 2009). Estimular a visitação às unidades de conservação (UCs), portanto, mais do que uma necessidade para o seu fortalecimento político, é um caminho fundamental para se chegar a uma necessária reconciliação entre sociedade e Natureza, da qual depende a qualidade de vida humana no planeta (Calvo-Muñoz, 2014). O incremento da atividade ecoturística nas UCs brasileiras, no entanto, requer o desenvolvimento de dois programas fundamentais: tanto se faz necessário promover essa visitação junto à sociedade, quanto se deve qualificar a infraestrutura dessas áreas, de modo que se possam oferecer boas experiências aos visitantes. Pode-se afirmar que a estruturação física (e de pessoal) é condição obrigatória para que se possa promover, qualificar e a formalizar a visitação em uma área protegida, pois essa pressupõe, além dos atrativos naturais evidentemente, condições

adequadas de acessibilidade, ao passo que, na ausência delas, tende-se a expor esses mesmos atrativos aos impactos decorrentes do turismo desordenado, que oferece riscos ao ambiente e aos próprios visitantes. Por outro lado, é normalmente o aumento da visitação que serve de justificativa e respaldo para investimentos em infraestrutura, o que faz com que promoção e estruturação do uso público, tanto quanto fundamentais, sejam programas interdependentes (Carvalho, 2020).

No âmbito do planejamento e consolidação das unidades de conservação, os conhecimentos relacionados à Arquitetura, urbanismo, paisagismo e Artes em geral são de importância fundamental, embora isso não esteja evidente, ou mesmo presente (Carvalho, 2020). A inexistência, ou, no mínimo, a dificuldade em se encontrar estudos relacionados ao tema, é uma amostra do pouco investimento na relação entre as agendas. É interessante destacar, entretanto, que a governança de um gestor de áreas protegidas acaba por estar relacionada mais diretamente às áreas onde ocorre a interface ser humano/Natureza. Por mais que se seja gestor de áreas naturais, é no ambiente cultural, isto é, no ambiente “construído”, que se exercem a maior parte das atividades gerenciais, notadamente no que se refere à gestão do uso público.



Para todo o amplo espectro de oportunidades de visitação em uma UC, que vai desde as travessias em áreas prístinas até a visitação de massa em áreas urbanizadas, é importante a gradação da estruturação, cada uma com um nível (e um vulto) de infraestrutura e, conseqüentemente, de investimento, de onde se pode depreender que uma adequada concepção de infraestrutura é condição fundamental para uma estruturação pertinente do atrativo (ICMBio, 2020). É evidente, portanto, a interdependência entre a visitação, ordenada e qualificada, e a existência de boas estruturas físicas de gerenciamento, notadamente quando se tem como prerrogativa a visitação como uma ferramenta para a conservação. A concepção dessas estruturas, entretanto, requer conhecimentos específicos que vão além de parâmetros meramente técnicos, tais como solidez, resistência e economia. Mais do que estruturação física, equipamentos facilitadores e edificações, tais como centros de visitantes, podem oferecer também aos visitantes o que se chama aqui, em analogia, de “estruturação subjetiva”, ao oferecer estímulos e provocações que auxiliem na apreensão das experiências vividas no ambiente (Hanai & Netto, 2006). É ao que se dedica a interpretação ambiental que, estruturada pelas linguagens da Arte, faz desta uma ferramenta de gestão. Não obstante a importância destacada, a carência de um locus institucional dedicado à concepção e ao acompanhamento de infraestruturas ao longo do tempo, tanto no ICMBio, quanto anteriormente no IBAMA, forçou essa agenda à entrega a consultorias terceirizadas com conseqüentes resultados heterogêneos, que desembocaram na inexistência de uma linguagem institucional consolidada no que se refere a intervenções arquitetônicas nas UCs federais do país (Carvalho, 2020).

Este artigo é desdobramento da pesquisa de Mestrado em Ecoturismo e Conservação intitulada “Varandarana, uma Arquitetura Geopoética: A importância da Arte para a gestão das áreas protegidas” e pretende oferecer, com o auxílio de exemplos ilustrativos, uma linha de concepção pautada na Geopoética, que concebe a Arquitetura como um elemento estruturante na interpretação ambiental dos parques nacionais e demais reservas do país, como subsídio fundamental para a gestão do uso público.

## A Arquitetura como produto interpretativo

A interpretação dos atributos e fenômenos da Natureza é atividade humana desde tempos imemoriais. Ela nasce da necessidade de expressão e da sociabilidade do homem, sua capacidade atávica de traduzir e transmitir conhecimentos e sensações (ICMBio, 2018). A interpretação ambiental, por sua vez, como matéria específica, nasce na gestão da visitação em áreas públicas, destinada a provocar no visitante tomadas de consciência em relação ao patrimônio visitado, provocando reflexões e (re) conexões afetivas (Tilden, 1977). Para isso, e por isso, o uso das linguagens artísticas se faz necessário. Associar-se um objeto concreto a um valor intangível ajuda a despertar a afetividade, o caminho inverso ajuda a construir materialidade (ICMBio, 2019). Desse modo, o uso de metáforas é um caminho de mão dupla na interpretação e deve ser explorado sempre que possível e/ou necessário (Carvalho, 2002).

É comum vermos nas exposições interpretativas dos centros de visitantes, e mesmo ao longo de trilhas: textos, imagens, performances e outras linguagens que buscam cativar o público por meio da beleza de suas formas e mensagens. O quanto, entretanto, os próprios edifícios desses centros de visitantes (ou outras estruturas receptoras) servem apenas de invólucro e abrigo a essas temáticas ou, de fato, fazem (ou deveriam fazer) também, parte dela? Qual a função de uma edificação ecoturística: apenas abrigar funções, ou também traduzir (e transmitir) as mensagens da Natureza? Segundo Boullée (2005), os edifícios públicos, tal qual poemas, devem oferecer imagens aos sentidos capazes de despertar sentimentos análogos ao uso para o que foram consagrados. Concordando plenamente com o autor, se afirma aqui que um centro de visitantes, mais do que simplesmente se prestar ao abrigo de exposições interpretativas, deve transmitir, também por sua linguagem, os conhecimentos e estímulos do ambiente aos seus usuários.

Situada entre a Arte e a técnica, a Arquitetura transita entre esses dois polos, por vezes afastando-se de um ou de outro. É no equilíbrio entre ambos, entretanto, que ela se dá em plenitude, tanto mais Arte, quanto mais expressão da técnica que a estrutura (Carvalho, 2020).

A racionalidade, portanto, não pode abstrair de um edifício sua capacidade comunicativa, a exemplo de fotografias, quadros, romances ou canções... É por isso que as edificações remanescentes de outros tempos, ou seus conjuntos urbanos, podem nos contar a história das civilizações que os conceberam, assim como demarcam vanguardas e reafirmam contemporaneidade (Olender, 1995). Muito além da visão, pela qual nos apropriamos de fotografias ou pinturas, ou da audição que nos oferece a música, a Arquitetura se oferece aos mais variados sentidos humanos. Mais do que vista ou ouvida, ela é vivenciada: por dentro, por fora, de perto, de longe, em porões ou terraços, ao longo do tempo e abrigando histórias (para, depois, contá-las). Experiências sonoras como a da propagação de pequeníssimos sons pelas paredes circulares da Catedral de Brasília, ou do ecoar das colunas de um órgão na Catedral de Notre-Dame; os cheiros característicos e diametralmente opostos de antigos aposentos ou de uma loja de conveniências contemporânea; luzes, amplidões ou claustros... são alguns poucos exemplos das diversas provocações sensitivas que a Arquitetura nos oferece.

Tais provocações sensoriais acabam por se configurar em estímulo para a criação poética do ser humano, como nos revela Schöttker (2015) ao dizer que, desde o olhar por uma janela, até à escolha adequada do local ideal para se construir, parece não haver nenhuma das questões arquitetônicas que não tenha sido, ao menos uma vez, objeto de um texto literário. A noção de conforto na Arquitetura vai, assim, muito além dos índices técnicos normalmente a ele associado, tais como parâmetros de temperatura, luminosidade, decibéis etc. estes medem apenas uma face da percepção do espaço construído que, em verdade, é muito mais amplo, e envolve percepções carregadas de subjetividade (Freitas Filho *et al.*, 2018). Particularidades subjetivas e, ainda mais, intersubjetividades culturais fornecem um vasto e complexo leque de parâmetros que condicionam a interface perceptiva entre a Arquitetura e os seres humanos. Holanda (2007), em seu excelente artigo “Arquitetura Sociológica”, exemplifica sete aspectos que determinam a percepção humana da Arquitetura enquanto tal, diferenciando um edifício de uma montanha, por exemplo, já que ambos podem ser percebidos genericamente como espaços ou lugares (Tuan, 2013). Há “aspectos funcionais” que exigem espaços específicos para

abrigar e facilitar as atividades diferentes de cada pessoa ou grupo social; “aspectos estéticos” que de acordo com parâmetros individuais (evidentemente muito influenciados por parâmetros culturais) definem se o lugar é belo, indiferente, repulsivo, original, etc. Tais aspectos tendem a promover desejos imateriais e anseios poéticos, sendo de suma importância na abordagem que aqui se defende; já os “aspectos bioclimáticos” oferecerão conforto ou desconforto, de acordo com a sua harmonização com a temperatura e a umidade do lugar. Esses aspectos conferiram, por longo período histórico, as características específicas da Arquitetura ao redor do globo, e ainda o fazem em recantos não submetidos à força da globalização (herdeira do modernismo); há, ainda, “aspectos econômicos” que podem vir a tornar a percepção de um ambiente alcançável e desejável para um público, enquanto inacessível e pernicioso para tantos outros mais; e “aspectos de leitura espacial”, que conferem identidade específica ou dissolvem o edifício em sua vizinhança. A percepção de tal aspecto tanto pode oferecer referências de localização quanto criar confusão, o que remete a Pallasmaa (2013), que considera a Arquitetura como elemento básico de orientação humana no mundo, ao afirmar que as edificações conferem medida à assustadora infinitude do cosmos. Os “aspectos afetivos” farão divergir enormemente a forma de se perceber um espaço construído e, de certo modo, justificam tamanha diversidade nos padrões construtivos humanos, tanto ao longo do tempo, seguindo padrões culturais, quanto em edificações contemporâneas entre si, refletindo aspectos subjetivos de arquitetos e clientes. Sentir-se seguro, ou enclausurado, em um apartamento ou um shopping center por exemplo, estaria no extremo oposto do bem-estar ou do desconforto que demarcam as distintas experiências humanas nas trilhas “selvagens” de um parque nacional. Por fim, há “aspectos simbólicos”, que podem associar uma edificação a uma ideia maior do que o próprio prédio, como, por exemplo, podemos ver em padrões que permitem diferenciar diferentes credos ao se observar seus templos. Esses são aspectos de suma importância quando se defende a construção de uma linguagem institucional para a Arquitetura das UCs federais.

É, portanto, devido à extrema riqueza de atributos simbólicos e linguísticos inerentes à Arquitetura, que se defende a sua concepção como elemento interpretativo, de modo a fazer

do edifício mais do que um abrigo funcional, um produto plástico escultórico que transmite uma mensagem, uma provocação. Montaner (2016) define forma como “estrutura”, isto é, aquilo que sustenta e constrói o espaço e a matéria, indo além do aspecto meramente visual, normalmente associado ao termo. Desse modo, concebe-se que a forma é mais do que a aparência, a própria substância de um edifício. A centralidade da forma, então, não implicaria em subestimar os aspectos técnicos, sociais e ambientais de uma obra, mas ao contrário, fazer valer que cada escolha formal pressuponha e comunique as opções tecnológicas e sociopolíticas.

De acordo com o que aqui se defende, a posição política a ser retratada pela Arquitetura de uma UC está baseada na transmissão de sua missão institucional, que é proteger e valorizar o Patrimônio Natural e Cultural (incluindo a biodiversidade, geodiversidade e sociodiversidade). Em outras palavras, a Arquitetura deve louvar a paisagem da qual deverá eclodir, compreendendo Paisagem como uma construção híbrida da Arte e da Ciência, tanto Natureza quanto Cultura (Cantero, 2010). Esta proposta, entretanto, não é o que se verifica na maioria dos centros de visitantes do país, mais destinados a abrigar funções do que a traduzir paisagens, como vemos abaixo (Fig. 1 e 2).

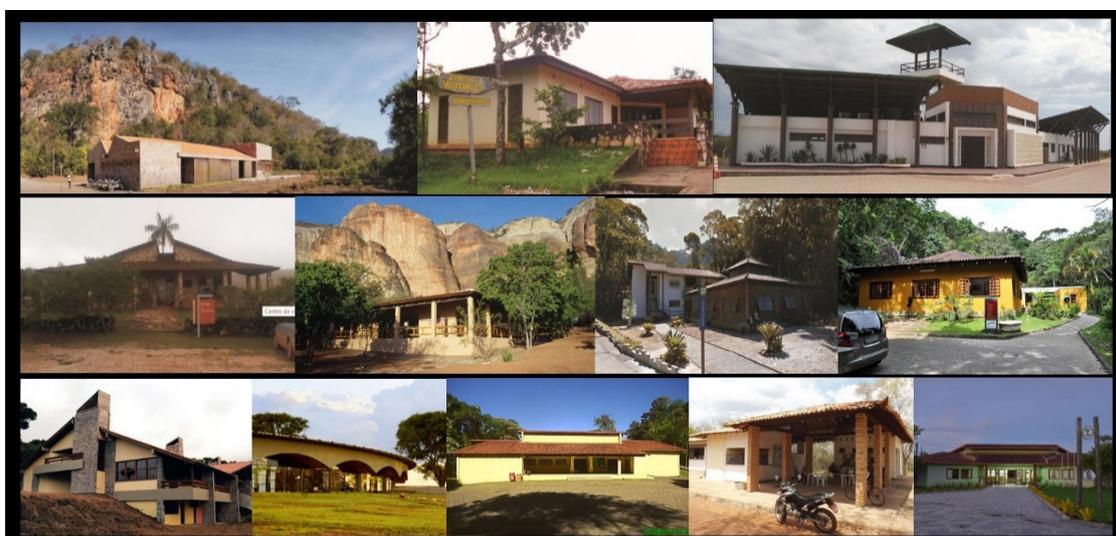


Figura 1 – Centros de visitantes dos parques nacionais brasileiros (Carvalho, 2020).



Figura 2 – Maiores centros de visitantes brasileiros: Iguaçu, Itatiaia e Tijuca (Carvalho, 2020).

Não se trata aqui de avaliar cada uma das edificações acima em sua qualidade arquitetônica. O que se quer demonstrar é que não há, na maioria dessas edificações, analisando apenas o seu aspecto plástico, especificidades que permitam identificar o uso para o qual elas foram consagradas. Ainda mais importante é destacar o impacto visual de boa parte delas sobre as paisagens nas quais se inserem, sem que se perceba nesses projetos a intenção de se priorizar a harmonia entre edificação e meio natural. Há iniciativas louváveis em parques como o Cavernas do Peruaçu, ou Serra da Canastra, por exemplo, no entanto resta evidente que essas edificações não refletem uma filosofia institucional, ainda inexistente.

### **Metodologia: A Geopoética como referência e reverência à paisagem**

A concepção de Arquitetura para áreas protegidas lida com um fenômeno qualitativo que não pode ser apreendido apenas pela razão: fundamentalmente, faz-se indispensável buscar o espírito do lugar, a sua alma, pois é essa essência que se terá de reverberar pela Arquitetura (assim como pelos demais produtos interpretativos). O que se faz necessário é “revelar os significados presentes de modo latente no ambiente dado”, o seu “*genius loci*” (Norberg-Schulz, 2006). Primordialmente, uma Arquitetura que reverencia o vigor da Terra, da Natureza, que se reconhece nos conceitos amplos da Geopoética proposta por Kenneth White (1999), que entende por “poética” uma “dinâmica fundamental do pensamento”.

*Em outros momentos, mais teóricos, ele considera que o fundamento do pensamento e da ação deve ser a poesia. Em outros ainda, ele vê a energia prática, a inteligência racional e a emoção artística se unir em uma unidade mais alta - “como as três cores que compõem a luz branca”. Com a finalidade de precisar o que ele entendia por poesia, lembremos que, para ele, o ensaio de Goethe sobre a morfologia não é apenas o topo de suas pesquisas científicas, mas “provavelmente o maior de seus poemas. (White, 1996)*

Dissipar as fronteiras entre Arte e Ciência – “todo poeta, todo artista, sabe que a questão não é como atingir a excitação, mas como fazer

dessa excitação uma exatidão” (White, 1994) – e a ancorar toda a construção de sentidos a partir da Terra é o que White desenvolve sob a alcunha da Geopoética. Para a sua concepção orientada-se pela obra de predecessores – “Uma ideia sem predecessores é somente uma fantasia” (White, 1999) – tais como Humboldt, que, já em fins do século XVIII alertava para a interdependência entre Arte e Ciência para a percepção da Natureza (Wulf, 2016). Essa busca, segundo Crapez (2015), é o que nos permite alcançar gêneses mútuas de sentidos entre ser humano e Natureza.

Tuan (2013) nos oferece uma demonstração explícita da complementaridade entre técnica e poética, ao expor que é por meio da excitação dos sentidos que a conexão nasce, mas que é pela razão, entretanto, que tal conexão atinge sua consCiência de forma.

*Eis aqui um paradoxo aparente: o pensamento cria certa distância e destrói a proximidade da experiência direta; é, no entanto, por meio do pensamento reflexivo que os momentos fugidos do passado são trazidos para perto de nós na realidade presente e ganham certa permanência. (Tuan, 2013).*

Ao arquiteto, então, cabe associar com harmonia o sentir e o absorver, com o pensar e o construir (Heidegger, 1954), delimitando a sua Arquitetura para dar-lhe sentido ante a grandiloquência da Natureza à sua volta e assim, como afirma Tuan (2013), oferecer linguagens inteligíveis ao ser humano. Ao fazê-lo, contribuirá para trazer à compreensão humana conhecimentos latentes na paisagem, articulando o encontro entre a percepção e o ambiente (Pallasmaa, 2013). É uma forma de ampliar o mundo daquele que vier a se relacionar com a paisagem (o visitante de um parque nacional, por exemplo), valendo-se da Arquitetura (e das outras Artes) para auxiliar na percepção dos conhecimentos emanados da Natureza e que permaneceram possivelmente ocultos ao longo de tantas vidas cidadinas, nas quais o sentir e o perceber estão sempre à mercê dos filtros tecnológicos (Wasiak, 2017).

É referenciando-se na Geopoética, portanto, que se oferece uma metodologia que padroniza a postura para diferenciar os resultados. Uma metodologia que não pode prescindir de uma absorção prévia da alma do lugar por meio de uma profunda imersão in loco: exigindo mais do

que se convencionou chamar de visita técnica. Nesta proposta metodológica amplia-se o objetivo dessa visita de campo, passando-se a denominá-la como “imersão Geopoética”, passo primeiro e fundamental da metodologia que se propõe, uma vez que soa inconcebível que se projete uma edificação para uma área protegida (ou qualquer outro produto interpretativo) apenas recebendo condicionantes e informações prévias por meios virtuais. Essa necessidade de se estar no lugar não se trata apenas de uma vistoria para levantar dados técnicos, tais como a resistência do solo, topografia, ângulos de insolação, disponibilidade de mão de obra etc. como se dá tradicionalmente durante uma visita técnica. Tudo isso é importante, evidentemente, e fará parte da estratégia, mas essa presença no ambiente requer, também, que se reserve momentos puramente para a imersão sensitiva, absorver as paisagens para além da visão. Faz-se indispensável: percorrer meandros; calar-se e ouvir; se estar preferencialmente só (ou minimamente acompanhado de pessoas que compartilhem o entendimento dessa necessidade de imersão), estar aberto às sensações que aquele ambiente vai despertar no nosso corpo. É preciso permitir que a Natureza (externa – ambiente e interna – nosso corpo) se expresse e diga o que ela quer: por meio dos cantos das aves; das sinfonias das águas; do sopro do vento e suas percussões em galhos e folhas... é preciso percorrer o relevo; aprender a ler os veios e cavidades das rochas; sentir os abraços do solo sob os pés... Essas são as mensagens que serão traduzidas por intermédio do intérprete (a história contada pela própria Terra), seja em qualquer linguagem artística, técnica ou acadêmica que a pessoa se expressar. São essas mensagens que indicarão os caminhos para se chegar à Geopoética daquele espaço, à “alma do lugar”. Do mesmo modo, a vivência com as pessoas locais, a apreensão de suas culturas, suas demandas e formas de se expressar, sua técnica e sua poética são alicerces sem os quais não se pode conceber produtos que, em última análise, se destinarão a dialogar prioritariamente com elas (embora não exclusivamente, é evidente).

Particularmente em um país de extrema diversidade biológica e paisagística como o Brasil, não se cogita conceber uma estética uniforme para as edificações de seus parques nacionais e demais áreas protegidas, notadamente seus centros de visitantes. Se, para além de oferecer sanitários, abrigo, lojas etc. se deve promover a interpretação

ambiental, é necessário se permitir o abandono de paradigmas formais, e focar nas correlações entre as percepções: dos visitantes com as paisagens; das paisagens com as edificações e das edificações com as pessoas. Uma abordagem muito mais relacional do que paradigmática, que a aproxima da fenomenologia de Husserl (Zilles, 2007). Assim, pode-se esperar que o objeto arquitetônico nasça da relação entre as demandas sociais impostas àquela edificação com a linguagem e os desejos expressos pela paisagem que a gestará. Os frutos dessa relação serão sistematizados e traduzidos pela subjetividade do arquiteto, por meio de técnicas construtivas que os materializarão. Tais frutos necessariamente guardarão heterogeneidades plásticas em seu resultado, motivados pela diversidade paisagística dos sítios; no entanto, é necessário fazer perceber, justamente por meio das diferenças, a coerência conceitual entre eles, visando a construção da linguagem institucional que aqui se defende como importante para o reconhecimento de um sistema oficial de gestão de áreas protegidas, uma vez que, também, o discurso do Estado deve se fazer presente.

O uso de materiais locais, a referência plástica na Geologia, Geomorfologia, Cultura e Linguagem vernacular da região, a ênfase na relação interno x externo, a priorização de técnicas passivas de conforto térmico, a utilização de espécies locais relevantes em referências figurativas ou abstratas, a integração com outras linguagens artísticas, tais como as Artes gráficas e escultóricas, tudo isso são ferramentas das quais o arquiteto deve lançar mão no intuito de conceber uma edificação que expresse claramente a sua função: ser referência e reverência à paisagem que a concebeu. Nesses sítios o arquiteto deve ser devoto e, sua Arquitetura, uma oferenda.

### **Uma referência internacional: Stabilized earth visitors' center – Mapungubwe National Park**

O centro de visitantes do *Mapungubwe National Park*, autoria de *Lerotholi Rich Associated Architects*, ilustra de maneira expressiva os ideais que aqui se perseguem. Como já exposto, muito além da mera aparência, a forma na Arquitetura é o resultado expressivo daquilo que lhe compõe, lhe estrutura (Montaner, 2016), sendo que a estrutura vai além da leitura tangível do sistema construtivo,

isto é: armadura em aço, concreto, sistemas estruturais em madeira etc. A estrutura se inicia na filosofia da concepção, naquilo que se quer expressar e, para o quê, escolhas (tecnológicas, sociais, plásticas...) se fazem necessárias.

*A abóbada de madeira (ou “abóbada catalã”) está sendo redescoberta como uma técnica ecológica de construção, pois economiza grandes quantidades de materiais de construção e, portanto, incorpora energia. Isso também a torna um método de construção barato, pelo menos em regiões onde o trabalho manual é acessível. O design utiliza a luz do sol para iluminação diurna e salas ao ar livre sem paredes ainda cobertas acima para aproveitar a brisa e a sombra. A luz natural é introduzida através de janelas e claraboias. Sua intensidade é temperada*

*por telas de aço enferrujadas que ecoam os galhos das árvores locais, e os lagos refletem a luz do sol em abóbadas, dando luz difusa e dramática. Lagoas refletivas são colocadas ao redor do perímetro do edifício para resfriar o ar que passa naturalmente pelas estruturas (LafargeHolcim Foundation, 2011).*

Atraindo os visitantes por caminhos que levam à paisagem por meio da edificação, o centro de visitantes se materializa como um produto interpretativo na mais pura acepção da palavra, contribuindo para provocar no visitante estímulos trazidos pela cultura local e seu contexto paisagístico. É nítida a preocupação da edificação em se mimetizar na paisagem (Fig. 3), ao mesmo tempo em que se destaca entre edificações convencionais. Uma linguagem ao mesmo tempo, discreta (na paisagem) e exuberante (entre seus pares) (Fig. 4, 5 e 6).



Figura 3 – Aspecto da paisagem natural do *Mapungubwe National Park*.

Fonte: LafargeHolcim Foundation.



Figura 4 – Exemplo de linguagem discreta na paisagem, e exuberante entre seus pares, o *Mapungubwe National Park* se destaca como inspiração internacional para uma Arquitetura Geopoética.

Fonte: LafargeHolcim Foundation.



Figuras 5 e 6 – Aspectos bioclimáticos de iluminação e regulação térmica no *Mapungubwe National Park*.

Fonte: LafargeHolcim Foundation.

O projeto recebeu vários prêmios internacionais e, sem dúvida, torna-se um atrativo a mais para o parque nacional, destacando-se como obra de Arte, sem causar impactos significativos na paisagem, ao contrário, auxiliando na sua leitura.

### Três referências autorais: Jaú, Raso da Catarina e Lençóis Maranhenses

Os três projetos arquitetônicos, a seguir, foram concebidos pelo autor há mais de uma década quando já buscava em cada UC, ainda de maneira empírica, referências naturais significativas para traduzi-las em linguagem arquitetônica. Sem perceber, já buscava a alma do lugar. Os estudos no campo da Geopoética, decorrentes da pesquisa de mestrado, vieram propiciar uma maior consciência desse processo criativo, adicionando elementos de análise e enriquecendo os subsídios de concepção, importantes para evidenciar a importância da Arquitetura como elemento de linguagem institucional e para conceber edificações como produtos interpretativos. O desafio que se sucede é o de oferecer tais conhecimentos à instituição de maneira apta a fomentar a sua incorporação como cultura institucional.

### Parque Nacional do Jaú – AM

Água branca, água preta, água clara..., mas sempre muita água! Nos rios, ou no ar: chuva, nuvens, arco-íris (muitos), calor, o Amazonas é, como escreve o poeta Thiago de Mello (2005), com muita propriedade, a “Pátria da Água”.

Particularmente para os homens, que têm nessas estradas fluidas as fronteiras de seus movimentos. A floresta, quase intransponível, se guarda para mistérios, em seus emaranhados de cipós e seu solo vegetal, que sede aos passos com ruído fofo. Como também guardam mistérios os fundos dos rios... lar das cobras grandes, dos peixes mitológicos, dos galantes botos e de, pelo menos um quarto das espécies de peixes de água doce do mundo. Em nenhum outro lugar água e céu têm uma relação tão íntima. Na verdade, o constante espelho d’água capaz de produzir imagens oníricas, reflete esta intimidade, este excesso!

Emerge, pois, das águas, o centro de visitantes proposto no ano de 2006 para o Parque Nacional do Jaú (Fig. 7). A Arquitetura, que navega flutuante, ao invés de se enraizar em solo firme, é convite e suporte ao visitante, como vitórias-régias (*Victoria amazônica*) a servir de passarela para as jaçanãs (*Jacana jacana*), oferecendo uma visão amplamente permeável, de si mesma e da paisagem (Fig. 8), em compensação ao denso negror das águas do rio Jaú, que intimida mais do que convida, mas que, em contrapartida, estimula os devaneios.

É nos longos e retos troncos das grandes árvores da floresta que a “embarcação” se ergue e se estrutura (Fig. 9), trespassando planos de pavimentos e cobertura plana inspirados muito mais nos recreios que transportam a população amazônica do que nos arranha-céus que globalizam a orla da Ponta Negra, bairro nobre da Manaus.



Figura 7 – Emergindo das águas, o centro de visitantes proposto para o Parque Nacional do Jaú.  
Fonte: Autor, 2006.



Figura 8 – Composição que oferece uma visão amplamente permeável, de si mesma e da paisagem.  
Fonte: Autor, 2006.



Figura 9 – Imagem que mostra que é nos longos e retos troncos das grandes árvores da floresta que a “embarcação” se ergue e se estrutura.  
Fonte: Autor, 2006.

Híbrido entre edificação e embarcação (Fig. 10), o centro de visitantes se sustenta sobre cinco balsas flutuantes que permitem acessibilidade ante à sazonalidade das águas amazônicas, que, em períodos de secas, exigiriam longos degraus para se alcançar os barrancos de terra firme das

margens do Jaú, onde se encontram parte das edificações atualmente existentes. Uma solução arquitetônica que se adapta às regras da Natureza, ao invés de ousar subjugar-las por grandes obras de engenharia.

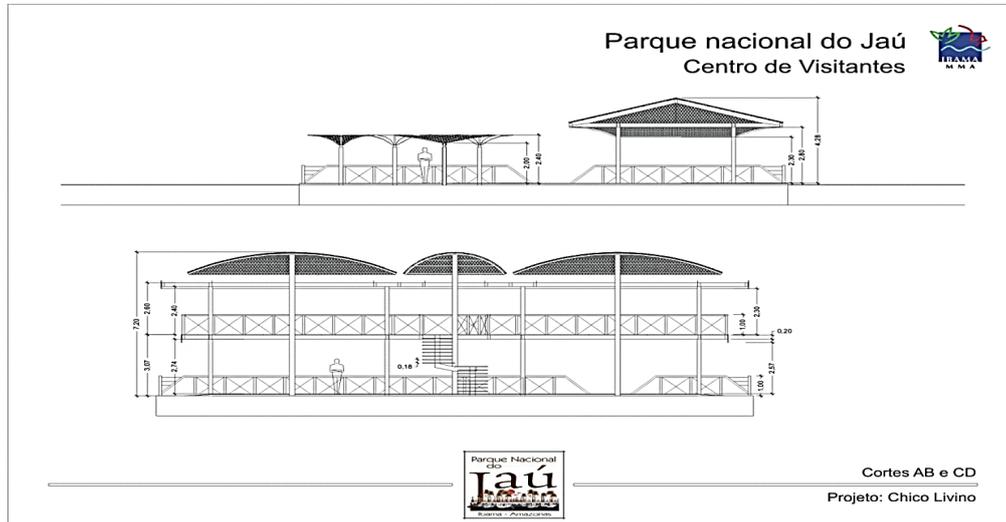


Figura 10 – Corte longitudinal do centro de visitantes proposto para o Parque Nacional do Jaú, exemplificando o aspecto híbrido entre edificação e embarcação.

Fonte: Autor, 2006.

A fragmentação do programa em cinco balsas menores se propõe a reduzir o vulto de uma só estrutura que viesse a ser capaz de abarcar todo o programa de necessidades, auxiliando também no deslocamento destas, para posterior apoitamento no local, unindo-as pelas passarelas.

Estruturas pivô e coberturas em fibra vegetal de piaçava, espécie típica do alto Rio Negro

dialogam com as coberturas planas metálicas que se referenciam nas embarcações comuns na região. Misto de linguagem e técnica que procura refletir a essência do lugar (Fig. 11): a expertise da indústria naval regional com as formas da floresta amazônica e seus planos lençóis de luz formados pelas grandes “avenidas” e labirintos fluviais por onde transita seu povo e por onde o visitante percorrerá o Parque Nacional do Jaú.



Figura 11 – Aspecto de inserção da paisagem do centro de visitantes do Parque Nacional do Jaú, misto de linguagem e técnica que procura refletir a essência do lugar.

Fonte: Autor, 2006.

## Estação Ecológica do Raso da Catarina – BA

“Hoje o chão é de pão, ao invés de cova, festa fresca é a manhã, balança a rede” (Livino, 2018). A chapada multicolorida nem de longe faz menção ao ocre acinzentado de há pouco. Flores dos cactos e demais plantas xerófitas celebram a festa da vida que demarca o período de chuvas na caatinga, ornando a “mata branca” com todas as cores possíveis. Suave aos olhos, entretanto, a trama de garranchos permanece intransponível ao tato para os que não trazem no corpo e no espírito o heroísmo herdado daqueles que têm nessas areias o seu torrão natal. O xique-xique (*Pilosocereus gounellei*) e o facheiro (*Pilosocereus pachycladus*) cortam a carne, tal qual os veios das xilogravuras (Livino, 2020) que ilustram os dramas encenados de um modo exclusivamente brasileiro nas histórias de cordel. Histórias de um povo que é, acima de tudo, forte (Cunha, 2017). Como forte é cada ser que morre e renasce no ciclo sazonal que se sucede a cada ano no palco do semiárido nordestino.

O planalto sem fim do Raso da Catarina desaparece abruptamente cedendo lugar a um cenário onírico de paredões e torres de arenito, na fronteira entre o planalto Marizal e a formação São Sebastião (Paes & Dias, 2008), num imenso

degrau que se faz cartão postal para a unidade de conservação de beleza ímpar. É desse cenário de choque geomorfológico que eclode a edificação aqui apresentada.

A concepção da base de apoio à pesquisa elaborada no ano de 2007 se dá quase como um mostruário de técnicas de construção natural (Soares, 2007): em primeiro lugar as paredes autoportantes executadas em tijolos de solocimento têm a intenção primeira de harmonizar tons e texturas com a geologia dos paredões que são a marca dominante do cenário. Esta técnica guarda ainda benefícios ambientais uma vez que a fabricação dos blocos não requer a queima, tão comumente realizada de maneira irregular com madeira nativa em olarias dispersas pelo país.

Distribuem-se de maneira orgânica e irregular, ao longo das paredes, pequenos vãos que provocam uma ventilação cruzada no interior do edifício sem, no entanto, abri-lo demasiadamente para a área externa, evitando o excesso de luminosidade e guarnecendo o interior habitado das temperaturas extremas comuns na região semiárida do país. Como consequência de sua forma e distribuição irregulares, esses vãos remetem aos ninhos das araras-azuis-de-lear (*Anodorhynchus leari*) (Fig. 12) que nidificam exatamente nos vãos dos paredões, nas bordas do chapadão ao norte (Fig. 13).



Figura 12 – Araras-azuis-de-lear (*Anodorhynchus leari*) sobre os paredões do Raso.  
Fonte: Fábio P. Nunes – Wikipedia.



Figura 13 – Ninho de araras no paredão de arenito.  
Fonte: Autor, 2007.

Um pátio central guarnecido por um frondoso umbuzeiro (*Spondias tuberosa*), que define a localização exata da edificação, garante

a formação de um microclima mais ameno fornecendo abrigo a quem habita o espaço (Fig. 14).

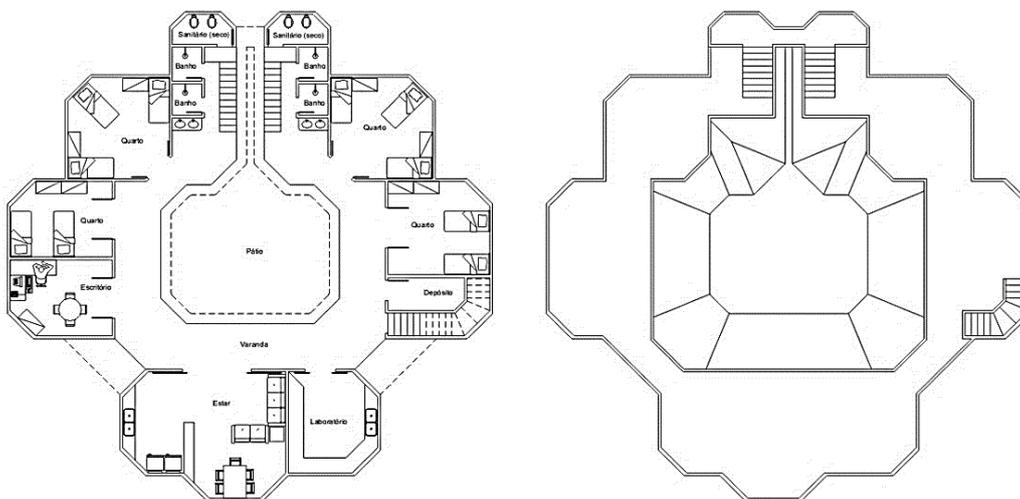


Figura 14 – Planta da base de apoio à pesquisa projetada para a ESEC Raso da Catarina, destacando o pátio interno: edificações voltadas para dentro.  
Fonte: Autor, 2007.

É a associação da Arquitetura com a flora nativa para promover acolhimento. Cabe destacar a importância do umbuzeiro para o homem sertanejo, conforme destacado em Os Sertões (Cunha, 2017): “Alimenta-o e mitiga-lhe a sede.

Abre-lhe o seio acariciador e amigo, onde os ramos recurvos e entrelaçados parecem de propósito feitos para a armação das redes bamboantes”.

Na cobertura da edificação, auxiliando na promoção do conforto térmico e subjetivo (Freitas

Filho et al., 2018), oferece-se um terraço-jardim que, guarnecido por espécies locais, aproximam ainda mais a estética da edificação com a imagem das bordas de chapadas que a rodeiam (Fig. 15).

Diante da baixa estatura da vegetação da Caatinga, esse terraço se configura ainda como importante mirante do derredor e um convite para o desfrute das noites límpidas, sob o “lunar do sertão”.

As condições climáticas da região da ESEC são ainda ideais para a adoção de banheiros compostáveis na edificação, que se aproveitam da intensa insolação para produzir composto orgânico a partir dos dejetos, sem a utilização de

água para descargas, característica pertinente, face à reduzidíssima disponibilidade hídrica na região.

Nesse projeto, em especial, a tecnologia se indissocia dos resultados plásticos que desejam refletir a Geopoética da caatinga (Fig. 16), resultando em uma edificação farta de motivos interpretativos. Embora a categoria da unidade de conservação (Estação Ecológica) não permita a visitação com fins recreativos, ela inclui em seus objetivos de manejo, além da pesquisa científica, para à qual se destina a edificação, a educação ambiental que tem, no próprio edifício, um vasto acervo a ser explorado, tanto no seu aspecto geral de inserção na paisagem, como em cada um dos detalhes construtivos elencados.

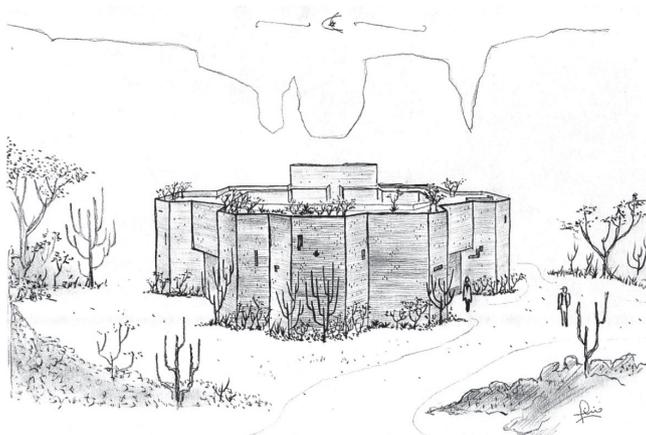


Figura 15 – Proposta de conforto subjetivo para a ESEC Raso da Catarina: terraço-jardim que, guarnecido por espécies locais, aproximam ainda mais a estética da edificação com a imagem das bordas de chapadas que a rodeia.

Fonte: Autor, 2007.

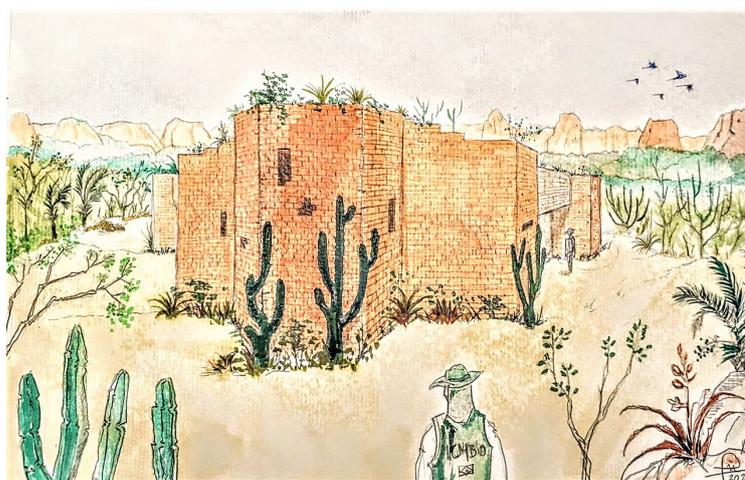


Figura 16 – Perspectiva colorida que destaca a tecnologia se indissociando dos resultados plásticos que desejam refletir a Geopoética da Caatinga.

Fonte: Autor, 2020.

“A estrutura se inicia na filosofia da concepção, naquilo que se quer expressar e, para o quê, escolhas (tecnológicas, sociais, plásticas...) se fazem necessárias. Assim nasce a Arquitetura.”

### **Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses – MA**

Entre o mar e a restinga, entre buritis e carnaúbas, entre o turismo e o isolamento, bailam, convidados pelo vento, infinitos grãos da mais branca areia, que vêm e vão, moldando e mudando dunas e lagoas de uma paisagem surreal. Tudo é superlativo! Tudo ofusca! A beleza, o sol e o incessante e violento carregar de partículas no barlavento das dunas. As lagoas, ao contrário, são tépidos convites ao se deixar ficar... abrigadas pelas sinuosas muradas, alvas e nômades. A sucessão provoca o espírito ao infinito, como

espelhos frente a frente. As histórias são levadas na lembrança, não deixam rastros na paisagem, apagadas pelo vento...

Lençóis de areia mosaicados por lagoas pluviais que vão do verde esmeralda a um azul celeste cristalino, formam “o maior registro de sedimentação eólica do Quaternário da América do Sul, correspondendo a campos de dunas livres e fixas que juntos alcançam larguras de até 50km” (Gonçalves et al., 2003). Um dos mais peculiares e impressionantes contextos paisagísticos do país, os Lençóis contam a história do Maranhão tanto quanto os azulejos do centro histórico de São Luiz. Da síntese dessas duas paisagens, natural e cultural, nasce a intenção arquitetônica do projeto do centro de visitantes (Fig. 17) elaborado no ano de 2008 e, atualmente em execução. As adequações feitas para a contratação da obra, entretanto, descaracterizaram completamente a sua Arquitetura, o que, de certo modo, justifica os objetivos deste artigo.

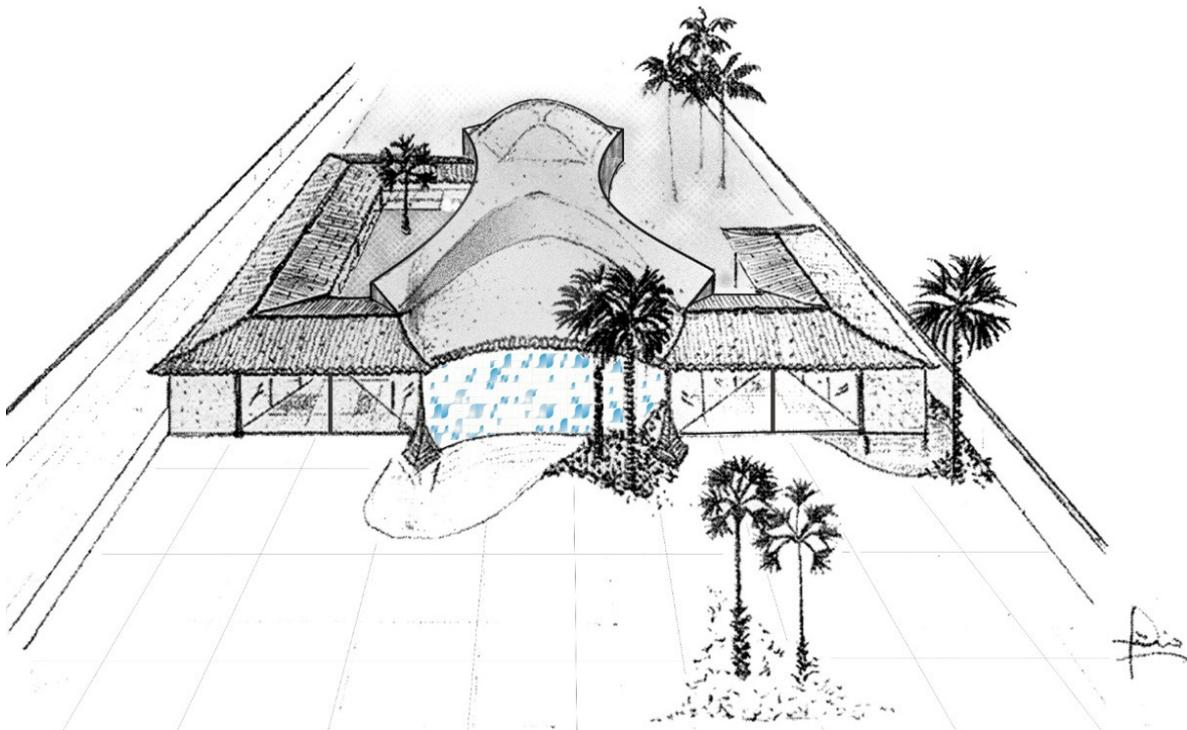


Figura 17 – Perspectiva do centro de visitantes do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.  
Fonte: Autor, 2008.

Projetado para uma área urbana fora do perímetro da unidade de conservação, o edifício foi concebido para oferecer uma releitura dos traços de paisagem típicos do parque nacional, bem como da Arquitetura vernacular regional: uma nave central em concreto armado (Fig. 18) procura remeter à morfologia das dunas, impressão que se intensifica pelo revestimento em granitina projetado. Ladeando esta nave central,

que abriga um auditório e uma sala de exposições, estruturas em madeira e adobe criam vínculos culturais com as técnicas construtivas comuns na região de Barreirinhas, onde predominam as casas com esse material, notadamente nas áreas rurais. É a linguagem vernacular que associada a técnicas arrojadas procura refletir a ambiência das paisagens vividas, a alma do lugar que abriga os Lençóis.

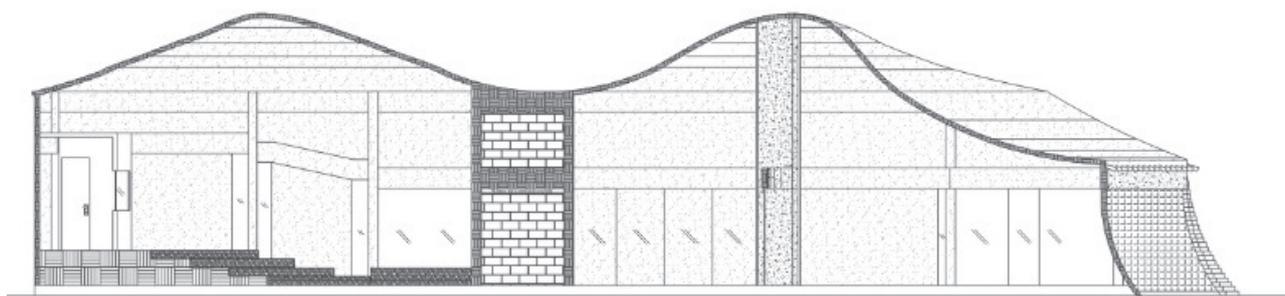


Figura 18 – Corte longitudinal destacando um corte na nave central em concreto armado do centro de visitantes para o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.  
Fonte: Autor, 2008.

Na parte que da edificação que corresponderia exatamente à face de sotavento da “duna”, que marca a fachada principal da edificação, foi projetado um painel cerâmico inspirado na imagem aérea dos Lençóis. Tal painel se materializa como encontro entre o mosaico da

paisagem, formado por sua sucessão de lagoas e dunas, com o cenário cultural do Estado do Maranhão, cuja azulejaria nas fachadas históricas de São Luiz se sobressai como slogan turístico. Natureza e cultura lado a lado na intenção de expressar o espírito do lugar (Fig. 19).

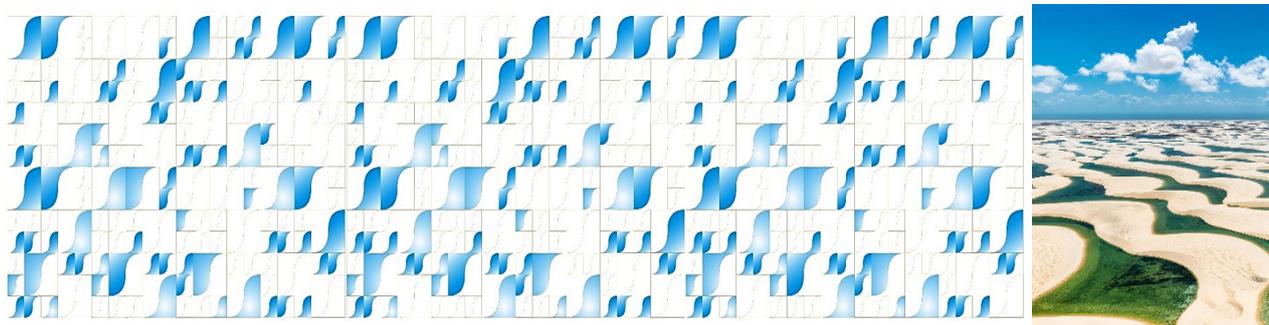


Figura 19 – Detalhe do painel cerâmico da fachada (desenho do autor) e imagem aérea dos Lençóis.  
Fonte: Autor, 2008.

## O encantamento como uma política pública

O Brasil abriga notória megadiversidade biológica, reconhecidamente uma das maiores do planeta. Este imenso patrimônio, entretanto, ainda tem pouca inserção no dia a dia dos seus cidadãos. Os números de visitação dos Parques Nacionais brasileiros, por exemplo (apesar do crescimento regular nos últimos anos), ainda ficam bem abaixo do seu imenso potencial, ao compararmos com outros países como os EUA, ou mesmo com vizinhos de Mercosul, tais como o Chile (ICMBio, 2020b; NPS, 2019; CONAF, 2021). Considerando que no Brasil cerca de 85% da população vive em áreas urbanas, chegando a 93% na região sudeste (IBGE, 2015), pode-se estimar um real distanciamento geográfico entre nossa sociedade e suas áreas naturais, quando confrontamos estes números com os de visitação do ICMBio. Acredita-se que esse afastamento é um dos fatores responsáveis pela notória fragilidade das pautas ambientais ante a “arena política” do país (Frey, 2000), evidenciada pela estrutura deficitária que fragiliza a gestão dos parques e demais reservas nacionais (Braga & Maciel, 2011). Tais parâmetros fazem supor que é necessário se investir em políticas capazes de ampliar a atratividade das UCs brasileiras, bem como de expor de maneira mais abrangente seus usos e importância. Acredita-se ser este um efetivo caminho de reconciliação e reaproximação entre a sociedade e suas áreas protegidas, resultando numa maior valorização e fortalecimento destas, o que justifica a importância deste artigo.

Em um processo constante de retroalimentação, a Arte e a Ciência são ditadas pelas necessidades sociais e culturais de cada tempo e de cada povo. As grandes realizações são tanto resultado do gênio criador de seus autores e como são retratos de sua contemporaneidade, revelando contextos históricos e sociais, retratando épocas e sociedades (Ianni, 2004). Assim, Arte e Ciência são reflexos dos caminhos da história, ao mesmo tempo que são as principais responsáveis pelas mudanças de seu

curso: “o que parecia estabelecido, codificado, explicado, logo se revela problemático, diferente. [...] descortinam-se outra realidade e outro imaginário, modos de ser e de devir, condições e possibilidades” (Ianni, 2004).

Em especial no que se refere à percepção da Natureza, Arte e Ciência se complementam como necessidades humanas, como tão bem destacaram os grandes naturalistas do século XIX, em particular o alemão Alexander von Humboldt, com a sua concepção do “cosmos” como a expressão do todo, que só pode ser absorvido concomitantemente por razão e sentimento, investigação e deslumbramento (Wulf, 2016).

Mais do que o investimento em Arquitetura, acredita-se ser fundamental o fortalecimento da Arte como agenda gerencial nas unidades de conservação do país, enxergando nela um importante caminho para resgatar conexões afetivas, promovendo a nossa reconciliação com a Natureza selvagem tão necessária e já exposta.

A interpretação ambiental, ainda germinando no ICMBio, se vale de fotografias, poemas, audiovisuais, músicas, e deve também se valer da Arquitetura, assumindo o protagonismo como agenda na promoção do encantamento como uma política pública para a conservação da Natureza. Tais linguagens não só podem auxiliar os visitantes na percepção das mensagens das áreas protegidas, como podem ultrapassar os seus limites, configurando uma agenda de comunicação social apta a ir ao seio da sociedade urbana convidando novos ecoturistas, novos pesquisadores, novos aventureiros, enfim, novos e crescentes adeptos e parceiros da conservação (Fig. 20).

caRIOca - uma ode ao Parque Nacional da Tijuca  
Francisco Fernando Livino de Carvalho e Luiza Corral Martins de Oliveira Poncian

É a intenção de levar as unidades de conservação, e seus benefícios ambientais e sociais, para além das fronteiras de seus limites, tanto convidando o público para desfrutar dos benefícios do Ecoturismo, quanto levando as belezas e particularidades das áreas naturais para o conforto do lar daquele interlocutor, ocasionalmente menos afeito a desafios e aventuras.

Em resumo, a intenção é promover, através do encantamento, uma sensação de pertencimento e valorização das unidades de conservação no seio de nossa sociedade.

#### caRIOca (letra)

<https://www.youtube.com/watch?v=xm5l-jFtg1s>

De minha cidade és a moldura  
És meu refresco, és meu quintal  
Tua silhueta é escultura, tu és paisagem cultural  
És fauna, és flora, esporte e abrigo  
És de beber, és de banhar  
É aqui que nasce o carioca, és, do Brasil, cartão postal!

Tijuca mata protetora  
És hoje Parque Nacional  
Iniciativa salvadora  
Sabedoria imperial  
Abre os teus braços sobre o Rio  
E dá-lhe asas pra voar  
Asas com as cores das saíras, dos tucanos, tangarás.  
Tijuca mata protetora  
Com tuas copas altaneiras  
Aqui nasce o Maracanã  
Que é ave e é a alma das bandeiras



Parque Nacional da Tijuca  
Fonte: Chico Livino, 2018.

ISSN 2238-0205

GEOGRAFICIDADE EXPERIMENTAÇÕES

Figura 20 – Projeto “Canto da Mata – um convite aos parques nacionais por meio da música e da poesia” em publicação científica da Revista Geograficidade (2020).

## Conclusão

Os parques nacionais são, por excelência, os sítios preferenciais do ecoturismo, onde, assim como em qualquer outra categoria de área protegida, a prática turística deve estar associada a uma tomada de consciência pela conservação ambiental e a um comportamento de respeito pela Natureza e pelas culturas locais, o que se pode alcançar por meio do encantamento. Considerando a multiplicidade de atividades inerentes ao processo de gestão de unidades de conservação pode-se afirmar que a Geopoética conduz a uma abordagem diferenciada que se aplica a diversas agendas profissionais, auxiliando uma maior interação entre elas, contribuindo em especial no campo da interpretação ambiental.

A Arquitetura tem um papel primordial na gestão do uso público, não só pelo abrigo às funções de suporte (banheiros, recepção, informações etc.), inequívoco na percepção geral,

mas notadamente por meio das provocações ao espírito e à razão de seus visitantes, característica inerente a todas as Artes. Sendo assim é necessário dar ênfase ao discurso oriundo da edificação, projetando e construindo formas e espaços que se materializem como a eclosão das forças expressivas da paisagem que a recebe.

Assim, o que este artigo defende é que os edifícios gerenciais das UCs sejam projetados de maneira Geopoética, resultados de imersões ao mesmo tempo racionais e sensíveis nos lugares aos quais servirão. Os frutos dessas imersões, reverberados pelo fazer técnico e artístico, deverão se materializar como objetos de interpretação ambiental, tanto pela linguagem em si, isto é: sua expressividade plástica, quanto por seus processos construtivos e tecnológicos. Poemas materializados em edifícios públicos, como sugere Boullée, capazes de despertar em seus usuários a louvação à paisagem como um todo e aos seus elementos vivos, em particular.

Cabe destacar que os resultados da pesquisa na Geopoética contribuem não só para a concepção de produtos, mas principalmente para um fortalecimento nas articulações intrainstitucionais no ICMBio, que se fazem necessárias para um fortalecimento da agenda da interpretação ambiental, protagonista da promoção do encantamento, tão necessário para a reconciliação de nossas UCs com a sociedade, assumindo-o como uma política pública.

Merece referência especial a inserção da Arquitetura no seio dos planos interpretativos das UCs, ação que este artigo expõe como de suma importância e pertinência, considerando a força semiótica da Arquitetura e a extensa lacuna existente até o momento, tanto no número de edificações, quanto na efetividade das propostas e alcance dos objetivos que elas deveriam abranger.

Como conclusão principal, tem-se que a Arte é um caminho primordial para resgatar a Natureza como matriz da transcendência humana. A sua valorização na agenda da conservação ambiental e na construção de novos paradigmas de coexistência no planeta é uma contribuição inovadora merecedora de mais atenção e investimentos, sejam públicos ou privados, gerenciais ou acadêmicos.

*“Só olhar não cabe inteiro, tem que abrir o coração...!” (Livino, 2018)*

## Referências

- Boullée É. Arquitetura: Ensaio sobre a Arte. Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo, 2(2): 98-104, 2005.
- Braga AS, Maciel MA. 2011. O sistema nacional de unidades de conservação e o desafio de sua implementação, p. 139-162. In: Theodoro SH. Os 30 anos da Política Nacional de Meio Ambiente: conquistas e perspectivas. Garamond. 352p.
- Calvo-Muñoz C. Niños y Naturaleza, de la teoría a la práctica. Medicina Naturista, 8(2): 73-78, 2014.
- Cantero NO. El lugar del paisaje em la geografía moderna. Estudios Geográficos, LXXI(269): 367-393, 2010.
- Carvalho FFL. 2020. Varandarana, uma Arquitetura Geopoética: A importância da Arte para a gestão das áreas protegidas. Dissertação (Mestrado em Ecoturismo e Conservação) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 346p.
- Carvalho FN, et al. 2002. Projeto Doces Matas/Grupo Temático de Interpretação Ambiental. Manual de Introdução à Interpretação Ambiental. Segrac. 108p.
- CONAF. Estadísticas de Visitación: Parques Nacionales. <<https://www.conaf.cl/parques-nacionales/visitanos/estadisticas-de-visitacion/>>. Acesso em: 06/01/2021.
- Crapez P. 2015. Imagens da cidade e Geopoética (Pelo Direito de Sonhar a Cidade) Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal Fluminense. 316p.
- Cunha, Euclides da. Os Sertões. Martin Claret, 2016. 655p.
- Daniel TM. 2009. A Epistemologia, o Documentário e o Papagaio: Elementos para análise de documentários da vida selvagem. Tese (Doutorado em Multimeios) Universidade Estadual de Campinas. 297p.
- Freitas Filho HBV, Guizzo I, Martins EF. O conforto no ambiente construído: técnica, ambiência e subjetividade. Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, 25(47): 52-73, 2018.
- Frey K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, 21: 211-259, 2000.
- Gonçalves RA et al. Classificação das feições eólicas dos Lençóis Maranhenses - Maranhão - Brasil. Mercator - Revista de Geografia da UFC, 02(03): 99-112, 2003.
- Hanai FY, Netto JPS. Instalações ecoturísticas em espaços naturais de visitação: meios para propiciar a percepção e a interpretação ambientais. OLAM Ciência & Tecnologia, 6: 200-223, 2006.
- Heidegger M. 2002. Construir, habitar, pensar, p.130-140. In: Heidegger M. Ensaios e Conferências. Vozes. 272p.
- Holanda F. Arquitetura Sociológica. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, 9(1): 115-129, 2007.
- Ianni O. Variações sobre Arte e Ciência. Tempo Social: Revista de Sociologia da USP, 16(1): 7-23, 2004.
- IBGE. População rural e urbana. <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18313-populacao-rural-e-urbana.html>>. Acesso em: 23/04/2019.
- ICMBio. 2018. Interpretação Ambiental nas Unidades de Conservação Federais. ICMBio. 74p.
- ICMBio. 2020. ROVUC – ROL de Oportunidades de visitação em unidades de conservação. 2ed. ICMBio. 70p.
- ICMBio. 2020. Monitoramento da visitação em unidades de conservação federais: resultados de 2019 e breve panorama histórico. ICMBio. 38p.

- Lafarge Holcim Foundation. Prize Winning Projects in Sustainable Construction. Zurich, 15 dez. 2011. <<https://www.lafargeholcim-foundation.org/projects/stabilized-earth-visitors-center-mapungubwe-national-park-sou>> Acesso em: 31/07/2019.
- Livino C. 2018. Aquarela. Youtube. <<https://www.youtube.com/watch?v=IHulpZ6DGaA>>
- Livino C. 2020. Festa fresca, chuva boa. Minhas canções e suas nascentes. Youtube. <<https://www.youtube.com/watch?v=9cRQJevntLk>>
- Mello T. 1987. Amazonas, pátria da água. Bertrand Brasil. 2002. 142p.
- Montaner JM. 2016. Sistemas arquitectónicos contemporâneos. Gustavo Gili, 224p.
- Norberg-Schulz C. 2006. O Fenômeno do lugar, p.443-461. In: NESBITT K (org.). Uma nova agenda para a Arquitetura. Antologia Teórica 1965-1995. Cosac Naify. 664p.
- NPS – National Park Service. Statistical Abstract 2018. Colorado: U.S. Department of the Interior, 2019. <<https://irma.nps.gov/DataStore/DownloadFile/620857>>. Acesso em: 25 jun. 2019.
- Olender M. Arquitetura, História e Vida. Locus - Revista de História, 1(1): 143-152, 1995.
- Paes Mln, Dias IFO. 2008. Plano de manejo: Estação Ecológica Raso da Catarina. ICMBio. 326p.
- Pallasmaa Juhani. A Imagem Corporificada: Imaginação e Imaginário na Arquitetura. Bookman. 2013. 152p.
- Schöttker D. Arquitetura como literatura – história e teoria de um dispositivo estético. Revista Trama Interdisciplinar, 6(3): 52-74, 2015.
- Soares, A. Soluções Sustentáveis: Construção Natural. Pirenópolis: Calango, 2007. 64p.
- Tilden F. 1977. Interpreting our Heritage. Chapel Hill. 224p.
- Tuan YF. 2013. Espaço e Lugar: A perspectiva da experiência. Eduel, 248p.
- Wasiak J. Ser-na-cidade: uma aproximação fenomenológica da experiência tecnológica. Geograficidade, 7(1): 04-20, 2017.
- White K. No ateliê geopoético. Instituto Internacional de Geopoética. 1994. <<https://www.institut-geopoetique.org/pt/textos-fundadores/105-no-atelie-geopoetico>>. Acesso em 16/03/2019.
- White K. O grande campo da Geopoética. Instituto Internacional de Geopoética, 1999. <<http://institut-geopoetique.org/pt/textos-fundadores/56-o-grande-campo-da-Geopoética>>. Acesso em: 15/03/2019.
- White K. Perspectivas abertas – biologia, sociologia, Geopoética. Cadernos de Geopoética n. 5. 1996. <<https://www.institut-geopoetique.org/pt/cadernos-de-geopoetica/242-perspectivas-abertas-biologia-sociologia-geopoetica>>. Acesso em: 13/05/2020.
- Wulf A. 2016. A Invenção da Natureza – A vida e as descobertas de Alexander Von Humboldt. Planeta. 600p.
- Zilles U. Fenomenologia e Teoria do Conhecimento em Husserl. Revista da Abordagem Gestáltica, XIII(2): 216-221, 2007.

Biodiversidade Brasileira – BioBrasil.

Edição Temática: Gestão do Uso Público: Turismo e Lazer em Áreas Protegidas

n. 3, 2022

<http://www.icmbio.gov.br/revistaeletronica/index.php/BioBR>

Biodiversidade Brasileira é uma publicação eletrônica científica do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) que tem como objetivo fomentar a discussão e a disseminação de experiências em conservação e manejo, com foco em unidades de conservação e espécies ameaçadas.

ISSN: 2236-2886